

## **NOVOS CAMINHOS DA LICENCIATURA E ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL**

**Augusto Cesar Pinheiro da Silva**

**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**

**acpinheiro08@gmail.com**

### **Apresentação**

Primeiramente, muito bom dia a todos. É um enorme prazer estar aqui neste momento e neste lugar, e ver o trabalho iniciado ser consolidado de maneira tão bonita. Esse trabalho, realizado por esta instituição já há bastante tempo, veio sendo encaminhado por mim quando aqui entrei no quadro de professores da PUC-Rio, em 2000. Iniciei a reforma curricular de graduação do departamento como professor horista, situação funcional que ocupei até 2002, passando para o quadro principal do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio no mesmo ano como coordenador de graduação.

Estar aqui é motivo de muita alegria para mim, porque é um momento de a gente começar a verificar os resultados de um árduo trabalho de consolidação da licenciatura do departamento, desde as deliberações da LDB 9394/1996 que instituiu às licenciaturas uma nova base jurídico-institucional. As licenciaturas na PUC-Rio têm uma tradição muito forte na instituição, mas precisavam de transformações no que tange a sua própria organização interna e seu quadro docente e discente – os futuros professores, o objeto de pesquisa desse professor, além, evidentemente, do núcleo duro de formação acadêmica, ou seja, a formação do conhecimento geográfico e das práticas - portanto pedagógicas, que devem vir junto com esse conhecimento específico do conteúdo de Geografia. Nesse sentido, me sinto honrado e agradeço enormemente o convite da professora Rejane Rodrigues e do professor João Luiz, que estão à frente desse processo desde que eu, frente às minhas múltiplas funções na universidade, tive que sair da organização da Licenciatura do departamento, ocupando, nesse momento, o papel de Vice Decano de Graduação das Ciências Sociais da instituição.

Acompanhando de perto a organização do evento aqui realizado e o excelente trabalho conduzido pelos dois colegas (no caso, o João Luiz foi meu aluno na UERJ - já estou bem velho - e Rejane é minha contemporânea, colega professora). Assim sendo, é um enorme prazer de estar aqui presente junto com outros colegas aqui sentados no auditório (vejo aqui a Anice sentada, seja bem vinda, a Cláudia Andrea, é um prazer ter vocês aqui; o Linovaldo e outros mais (vou parar de citar nomes para não ser injusto) que me acompanharam durante a minha formação como professor e que hoje me deixam extremamente honrado por estarem me ouvindo nesse lugar de professor. Eu poderia estar falando de vários lugares



nesse momento, mas eu optei por falar do lugar de professor do ensino básico, do qual continuo a me orgulhar extremamente, e isso é um ponto importante. Você pode ter quantos doutorados você quiser, pós doutorados, ocupar cargos institucionais importantes, mas eu continuo muito orgulhoso de ser professor de ensino básico como sou ainda hoje do Colégio de aplicação da Uerj, do nono ano do ensino fundamental, papel que não largo de jeito nenhum (no ensino fundamental), e não quero saber de ensino médio, só quero saber de ensino fundamental. Por quê? Porque as minhas crianças me renovam todas as vezes o que eu sei sobre o mundo, me trazendo sempre para o mundo real e concreto; as crianças me renovam constantemente e isso é um prazer absolutamente insubstituível, me sinto extremamente realizado como profissional de sala de aula. Eu só saio de lá quando me aposentar, que será em pouco tempo, creio que em cinco aninhos me aposento da Uerj.

Ao receber o convite para participar de um evento tão relevante sobre a Licenciatura em Geografia em si, gostaria de agradecer o apoio e a organização do evento, os alunos do PIBID que me mantiveram informado sempre sobre os momentos, mandando e-mails, me localizando, me lembrando, porque sabem que este papel de professor é hercúleo, um trabalho que você atua em várias frentes e pode esquecer várias atividades e eles, os alunos, não me deixaram esquecer em nenhum momento quando e que horas eu deveria estar aqui, às oito da manhã para apresentar minha palestra, então muito obrigado, meninos e meninas do PIBID.

É um enorme desafio de falar sobre os caminhos da licenciatura e do ensino em Geografia no Brasil. Esse tema me colocou num dilema: o que apresentar? Eu vou pela parte histórica? Pela institucional? Porque eu tenho vinte e cinco anos atuando como professor dos mais variados níveis do conhecimento. Eu estou vinte e cinco anos ininterruptos em sala de aula sem ter me ausentado, com a exceção dos oito meses de um pós-doutorado no exterior, mas retornei para ocupar o segundo semestre do colégio de aplicação novamente com turmas, então não há um ano nesses 25 em que eu não tenha estado em sala de aula com os alunos de ensino fundamental e médio.

A partir desse lugar da minha experiência docente, que eu resolvi falar sobre os caminhos da licenciatura e do ensino de geografia sob a perspectiva do docente. Como eu sou um professor do ensino básico, creio ter certa credibilidade para falar sobre a trajetória dessa atividade profissional até chegar à reflexão desses caminhos da licenciatura e ensino de Geografia no Brasil, que a gente percebe nas falas dos agentes institucionais. O professor Rogério, diretor do departamento de Geografia e Meio Ambiente, a professora Maria Rita, sabem como ainda é uma luta constante para tornar a Licenciatura algo relevante para o ambiente universitário. Então por mais que se tenha avanços ao longo desses vinte cinco anos, um quarto de século, ainda se luta no ambiente universitário para que a Licenciatura seja reconhecida. E como licenciado em 1990 pela UFRJ eu via a licenciatura - como grande parte dos alunos ainda vê no departamento de geografia e meio ambiente - como um apêndice, apenas mais uma habilitação secundária. A licenciatura pra mim era uma habilitação da qual eu tinha pouca noção. Eu entrei na Universidade e não tinha a dimensão, na UFRJ, que naqueles muros de formação eu deveria me formar como



professor de ensino básico. Até porque a gente ainda tem a ideia de que a Geografia faz pesquisa dura, em autarquias, secretarias de planejamento, no IBGE, isso é ser geógrafo.

Evidentemente esse modelo, esse reconhecimento da Geografia como algo que tem que ser voltado para pesquisa e o fato institucional está associado evidentemente à Lei 5692/1971 que regulava as diretrizes da educação naquele período. Essa lei definia muito claramente a formação do professor de geografia, do professor de história, do professor de química, ou seja, três anos na universidade, no núcleo duro e um ano nas faculdades de educação. Ou seja, nos departamentos de Geografia do Brasil não se aprendia ser professor, mas sim nos cursos de Educação. Isso é diferente hoje, ainda bem!

Assim eu fui formado. Passei três anos desconectado da licenciatura e depois jogado numa faculdade onde eu não tinha absolutamente nenhum tipo de conhecimento dos professores, das suas linhas de pesquisa, o que faziam, e em um ano tinha que aprender a ser professor de ensino básico. A minha geração passou por isso, as professora Anice, Rejane, Cláudia Andrea passaram por isso; com o João Luiz já foi um pouco diferente, a legislação era outra, modernizando a formação do professor. Essa condição anterior de formação consolidava evidentemente o afastamento da licenciatura dos núcleos duros de formação profissional e acadêmica, forçando-se uma competição entre os núcleos duros, que eram os lugares dos estudantes que iam fazer pesquisa, serem geógrafos, enquanto para as faculdades de educação se empurravam os alunos 'mais fracos', que iriam compor mais uma habilitação para arranjar um emprego. Eu não gostava de ir para a faculdade de educação, porque achava horroroso ter que me deslocar do Fundão para a Praia Vermelha para aprender 'uma coisa menor'; ir para outra parte da cidade para ter aulas obrigatórias de uma habilitação (a licenciatura) que 'não iria me servir para nada', porque 'eu fazia pesquisa em um grupo que não tinha nada a ver com educação'. Nesse trajeto Fundão-Praia Vermelha, muitos colegas desistiram, pois achavam tedioso e cansativo fazer licenciatura, o que criou, mais tarde, uma clara separação entre o geógrafo 'stricto sensu' e o que cursou a licenciatura. Há uma clara diferenciação entre esses dois geógrafos e que afeta a carreira acadêmica porque nós (você, alunos) futuramente como pesquisadores da área de educação não conseguimos dissociar a educação, o ser professor da pesquisa, nem o pesquisador do ensino. Até porque acreditamos que fundamentalmente o pesquisador tem que aprender a ser didático. Tem que saber transformar o conhecimento gerado na universidade em algo relevante socialmente, falar para as mais variadas classes sociais, mais variados grupos, as mais variadas faixas etárias o que a gente produz no ambiente universitário. Nossa produção tem que ter um rebatimento social. Ao mesmo tempo, o professor não tem que aprender apenas conteúdos básicos para reproduzir esses conhecimentos no ambiente escolar. E em uma época quando a *internet* não existia era uma situação que colocava o professor no centro de um conteúdo absolutamente estereótipo para os alunos, porque os alunos nunca tinham sido estimulados a pesquisar os conteúdos. Então havia uma dissociação muito clara entre o geógrafo que era também professor e o geógrafo que tinha abandonado a licenciatura.



Indo para a faculdade de educação eu descobri esse mundo de complexidades profissionais, que era possível lecionar e pesquisar ao mesmo tempo, e, juntamente com outros colegas de outras licenciaturas, passei a entender como era rico o mundo da educação, e como era possível (e necessário) conectar o ensino da geografia com a sua pesquisa, Era possível ser um pesquisador professor e um professor pesquisador. Nesse período entre 1986 e 1989, eu via a licenciatura (aliás, eu nem sabia direito o que era a licenciatura) como algo menor, sem qualquer importância para mim e para os meus colegas. Mas em 1990 foi o ano da virada. Entre as disciplinas pedagógicas conheci as de práticas de ensino. Era o modelo 3+1 que expliquei anteriormente e junto com Filosofia, Sociologia, Administração escolar, tive que entrar em sala de aula e aprender a ser professor em um período de um ano letivo com um professor que era o orientador, mais ou menos como se faz hoje na prática, claro que evidentemente com outro escopo e outra profundidade.

Foi aí que eu percebi através da pesquisa realizada pela minha professora de prática de ensino, a professora Maria do Socorro Diniz, atualmente aposentada, vivendo em Alagoas, em Aracajú, pois voltou para o Nordeste como boa paraibana que é, que era fundamental aproximar as Licenciaturas dos Núcleos duros nos institutos básicos. Ela dizia isso claramente, e a gente foi percebendo isso nas práticas de sala de aula, sendo mediados pela profissional de prática de ensino. A geografia se aprende como a universidade não é a geografia que se ensina na escola, dizia Maria do Socorro Diniz, que fez a sua tese de doutorado na USP sobre exatamente esse tema. E foi aí que eu comecei a perceber o meu gap de formação, porque eu que tinha que adentrar o ambiente escolar e dar aulas sobre conteúdos que jamais tinha ouvido falar ou estudar no meu curso de graduação na Geografia. E isso acontece, menos hoje, mas ainda acontece na formação atual dos professores de Geografia.

Novamente retornando o início da minha fala. Por que isso acontece? Porque a Geografia, os profissionais desse curso no ambiente acadêmico, ainda tem dificuldade de entender que está formando dois tipos de profissional: o bacharel e o licenciado. O professor Rogério chamou atenção disso na fala dele. É vital que em cada disciplina existam fóruns, trechos, módulos em que a licenciatura seja trabalhada, assim como as suas estratégias metodológicas. Nem sempre isto é possível, mas a formação geral do geógrafo é bastante esquizofrênica, pois o licenciado muitas vezes não está preparado, metodologicamente, para lidar com essa habilitação, mas enquanto professor formador em duas habilitações ele tem que correr atrás dessa falta, não é mesmo, pesquisadores? Então pesquisem sobre educação também.

Nessa virada de década (anos de 1990), eu entrei em contato com diversos pesquisadores de educação e comecei a pesquisar com a professora Maria do Socorro Diniz, que a gente pode conceber educação de maneira formal e informal. Que a nossa prática como profissional da Geografia vai ser realizada - e muitos de vocês aqui serão professores, são professores, tem carteira de trabalho assinada, são funcionários públicos, são funcionários de escolas particulares - na educação formal e informal.



Ou seja, nossa prática pedagógica se espraia para fora dos muros da escola. E ser professor geógrafo, significa lidar com as práticas em Geografia no nosso cotidiano, no nosso dia a dia, através da comunidade para criar uma leitura socioespacial da nossa realidade junto com as pessoas que estão no nosso convívio, junto com nossos grupos de amigos e tudo mais. Nós passamos a ter o papel de formador de opinião. E isso é extremamente relevante. Não somos meros reprodutores de conteúdos específicos, nem na escola e nem no mundo informal do qual efetivamente a gente também vai educar com as nossas relações nos nossos meios.

Buscar acabar com essa tensão entre educação produto e educação processo. O que seria uma educação produto? Aquela que apresenta realidades prontas para os alunos ou aquelas que construímos junto com eles? Partindo-se de um ponto, de um recorte, um momento histórico, um fato específico, eu vou observando como aquela realidade vai se processando, como ela vai sendo criada dentro de um processo. Isso é um diferencial muito grande. As aulas quando são processuais são muito mais interessantes e formativas. Portanto, a gente não pode negar os tempos históricos, as relações antropológicas, os espaços de produção, para que entendamos que as dinâmicas socioespaciais são refeitas constantemente e continuam sendo refeitas pelos processos diversos.

Entender educação como meio e educação com fim. Eu posso me fechar como professor de Geografia, mostrando-me preocupado com os materiais educativos, com as técnicas tradicionais, ou eu posso dar atenção aos novos materiais e possibilidades metodológicas trazidas pelos alunos para estimular a autonomização discente, e com isso, fazer com que meus alunos pensem e atuem processualmente.

É importante dizer que as dicotomizações apresentadas não procuram criar a tensão entre 'a boa e a má educação', mas mostrar que nem tanto ao mar e nem tanto ao rochedo é possível fazer trabalhos inovadores e altamente relevantes no ambiente educativo básico. Evidenciar a autonomização discente com a utilização de conteúdos relevantes, recursos materiais e técnicas significantes é ser generoso educacionalmente falando, porque você não guarda o ato educativo para você: você o doa e o torna aberto para que todos, em suas competências e necessidades possam utilizá-lo. Essa condição é mais interessante, porque as aulas se tornam mais agradáveis, mais estruturadas, mais bonitas e visuais. A gente não pode eliminar o visual, a imagem e o som do processo educativo, porque ampliam a capacidade de os alunos refletirem sobre esses processos e se autonomizarem.

Também podemos ver a educação com prática individual e coletiva. Se eu me comporto na minha sala de aula como um docente 'que sabe tudo' e os alunos ali sentados, 'não sabem nada', isso retira de mim a força educativa, pois é uma relação autoritária, que vou falar um ponto abaixo, acabando com a possibilidade de dialogia que deve reinar em uma sala de aula, para que possamos desenvolver a capacidade de que todos nós aprendamos e nos educamos a ouvir e entender o outro. Como eu falei no início, eu aprendo constantemente com os meus alunos e muitos deles do ensino fundamental me ensinam muita coisa. Eu aprendo com eles a ser menos 'careta'. Um exemplo forte para mim em relação a isso é que eu não



tratava em sala de aula de temáticas de gênero e sexualidade, mas eles já discutiam profundamente questões que envolviam a transsexualidade, homossexualidade nas relações internas e se ocultavam quando comentavam com os professores, pois sobre isso não se poderia falar em sala de aula com as ‘autoridades’. A partir de uma turma de oitavo ano do ensino médio no ano de 2006 eu deixei de ter dificuldades em trabalhar com esse conteúdo por causa de questões dessa natureza que apareceram na sala de aula. Eles me ensinaram muitas coisas, inclusive de que isso faz parte da Geografia.

A tensão entre Educação autoridade ou educação autoritária não é nova. Entre o saber educar e a violência cognitiva do domínio do saber. Então quer dizer, a gente pode saber educar de maneira lúdica com alteridade e o aluno te reconhecerá como aquele profissional capaz de trazer para ele coisas interessantes e importantes na sala de aula, ou o modelo de docência pode ser absolutamente fechado em si, sem nenhum tipo de crítica, cuja relação se dará através da medição de forças. Pilette, em 1991, já discutia isso com primazia e competência, mas essas questões continuam muito atuais e precisam ser retomadas com frequência.

Essas questões se mantêm nos dias de hoje, quando se tem que decidir se se impõe as formas particulares e individuais do modelo educativo do docente ou se essas formas são pensadas dialogicamente porque o ato educativo não é um ato isolado e para si (o docente), mas para turmas repletas de seres que podem se apaixonar por aquilo que você apresenta, e este é um ponto extremamente positivo. Para uma educação autônoma, a educação bancária tem que ser relativizada (mas não esquecida, como lutam alguns, porque ela tem uma função também), ou seja, para a autonomia, todos trabalham (alunos e professores) e os docentes precisam continuar a trabalhar através de ambientes de formação de professores. Assim sendo, a educação precisa ser aquele ato que vai reproduzir as formalidades cotidianas, mas impulsionadas pela capacidade de refazer uma sociedade, não a partir do zero, porque não tenho essa perspectiva, mas entendendo-se que a sala de aula é capaz de produzir conhecimento através do dialógico, em busca de relações societárias mais equânimes. Não gosto de falar em ‘igualdade’, porque ela é autoritária e despótica. Nós não somos iguais, somos diferentes, nós não podemos ser desiguais em termos de valores, legislações e éticas. Nós não somos iguais; somos diferentes, e essas diferenças devem ser valorizadas.

E a partir daí com o professor na sala de aula, subsumido por esse ambiente, compreende-se o que falava Maria do Socorro Diniz de que “a Geografia que se aprende na universidade não é Geografia que se ensina na escola”. Eu aprendi, a partir da leitura de Nelson Piletti a ser um profissional que se diferencia no ambiente da prática da Geografia em sala de aula, a partir de três frentes: 1) pessoal, 2) profissional e 3) social.

Na frente pessoal, o docente precisa buscar o bem estar de seus alunos e o seu próprio. As condições sociais (saúde, econômica, do direito, do ambiental...) dos discentes devem ser melhorados, o que não se deve confundir com ‘a missão de educador’. Sou um agente de transformação com vistas a gerar o bem estar coletivo, sabendo-se e compreendendo-se direitos e deveres. Em uma relação dialógica em que de fato o conhecimento é produzido no grupo, o docente consegue entender



que a frente pessoal dele pode ser estabelecida a partir do sucesso do outro, observando-se presente e futuro, sem esquecer o passado. Discursos, práticas e atitudes coletivizados geram prazer no ato educativo, e novas atitudes sociais são esperadas por pessoas autônomas e mais envolvidas. Repreender o aluno por atividades ilícitas / ilegais, quando são injustas, pode preservar a vida dos discentes, tornando-os reflexo daquilo que você entende como um futuro de qualidade, e tendo bom senso, o aluno sempre reconhecerá o seu esforço e dedicação. O ser humano é suficientemente bom para resgatar aquilo que é positivo para ele, e isso se passa comigo inclusive aqui na PUC. Alguns alunos (foram poucos, mas existiram/existem) que se sentiram perseguidos por mim, porque eu sou 'muito exigente', porque eu reprovei, acabaram me procurando para que eu fosse o orientador do trabalho de final de curso dele, da sua monografia. Uns me falaram: 'você foi o único professor a me reprovar e de fato eu merecia ser reprovado. Eu levava a coisa na flauta'.

Então, quer dizer, não vejam as ações 'punitivas' que buscam a autonomia e alteridade dos alunos como ações de violência. Elas podem ser ações muito dignificantes, mesmo que relativamente e parcialmente dolorosas, e importantes para alunos que não conheciam os limites do que a gente vem chamando de 'bem estar'. Já tive alunos muito ricos e que viviam de vultosas mesadas familiares (um ato inconsciente de 'responsáveis irresponsáveis' de se livrar da culpa de não ser de fato pai ou mãe) que morreram ou quase morreram porque não conheceram nunca na vida os limites da vida coletiva. Morreram dos excessos, do abandono afetivo, sucumbidos por drogas alienantes e práticas suicidas. Estavam sempre passando dos limites e pedindo que alguém os limitasse, e ninguém os escutava. E isso não é uma coisa que a gente pode ocultar no ato educativo; portanto, a nossa frente pessoal deve buscar o nosso bem estar e o dos nossos alunos. E o bem estar deles é também compreender que eles querem o reconhecimento dos limites deles, e como nós professores podemos contribuir para que eles possam alçar voo por conta própria, sendo felizes e trazendo mais felicidade.

Na frente profissional, nós precisamos encarar a docência como uma profissão das mais importantes, pois somos educadores. Os docentes têm que se qualificar, fazer cursos de pós-graduação, lutar por melhorias no campo do trabalho sem ser corporativistas. E isso é um discurso extremamente atual e importante, porque a gente se fecha no nosso mundo e acha que o professor tem direito a tudo, mas muitas vezes nos fazemos de coitados. Nós não somos 'os perseguidos'. Precisamos saber tirar dessa relação de classe como trabalho organizado os pontos vitais para a nossa autovalorização. Além da valorização do ambiente de trabalho, a nossa valorização como profissional da área de educação não é apenas 'ganhar mais salário'. É também se associar com outros grupos, ler, debater, viajar; 'ah, mas professor não tem dinheiro para viajar...; Calma, nós estamos vivendo outro momento, viajar, a gente pode viajar dentro de um museu, de um parque temático. Vamos ao museu de arte contemporânea para viajar, ao Museu da República no centro da cidade. As viagens a que me refiro não são aquelas que necessitam de altos recursos, mas sempre há a possibilidade de conhecermos outros lugares, mesmo que seja uma vez ou outra, e o professor de Geografia, principalmente, não podem deixar de fazer algumas viagens para contrastar a verdade construída por essa experiência com as verdades contadas por outros e que nós adotamos como



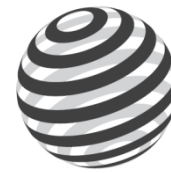
absolutas, 'porque eles estiveram lá'. Então a gente tem que se permitir viajar, assim a gente vai criando e elaborando a nossa vida existencial e nossas aulas ficam cada vez mais interessantes.

Finalmente nossa frente social. Valorizar-se na vida social e no mundo do trabalho é também ser reconhecido no seu mundo comunitário, atuando em atividades de pesquisa de extensão para sermos reconhecidos socialmente pelo nosso entorno. É também ser reconhecido como profissional fundamental para as mudanças estruturais na escola e no seu entorno. Sem nos fazer valer socialmente, seremos cada vez menos reconhecidos nas sociedades e poderemos desaparecer. Infelizmente, a falta de reconhecimento social dos professores de Geografia, especificamente (que resolveu, em muitos países, se tornar lideranças sindicais, com perspectivas ideológicas radicais e extremamente dogmáticas), fez com que em três países de suma importância já não exista mais a Licenciatura em Geografia. Itália, Holanda e Chile, em recentes mudanças curriculares, eliminaram a Licenciatura em Geografia da grade de opções de formação profissional de suas universidades, o que mostra que, nesses países, os conflitos entre interesses ideológicos e a submissão dos profissionais de Geografia a outras formações a desconsideração social nos eliminou do nosso campo de trabalho e subsistência.

Então essas três frentes: a pessoal, a profissional e a social são fundamentais para qualquer professor e isso a Geografia foi me dando espaço para refletir. A licenciatura foi me possibilitando perceber que o que eu angariei naqueles três anos de universidade poderia desmontar-se e reestruturar-se em outras esferas da minha vida, notadamente no âmbito profissional dos ensinos fundamental e médio.

Evidentemente que essa não foi uma condição exclusivamente minha, mas uma condição do inconsciente coletivo, pois havia uma massa grande de professores de práticas de ensino percebendo que o modelo 3+1, da Lei 5692/1971, não daria mais conta do mundo e da formação do professor. E sem dúvidas eu sou um dos grandes defensores, e ainda hoje defendo intensamente a LDB 9394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que, para mim foi um dos maiores ganhos que o Brasil teve em termo de educacionais nas últimas décadas. No entanto, essa lei é muito mal utilizada, muito mal apropriada pelos gestores escolares e pelos profissionais da educação, em geral. Sinto que ela vem sendo cada vez mais colocada à margem do sistema educacional nacional, muitas vezes, por razões ideológicas. A LDB 9394/1996 gerou nos anos de 1990 (e eu já tinha cinco anos de magistério) a revalorização das licenciaturas já existentes e a obrigatoriedade de novas licenciaturas nos cursos superiores. A lei obriga que as licenciaturas tenham uma cara nova dentro das instituições de ensino superior, uma identidade própria, como exige o documento oficial. Então daí que surgiram, na PUC-Rio e realizado por mim como Coordenador de Graduação, as disciplinas de Ensino de Geografia (de um a quatro), no núcleo duro de formação profissional do departamento e também os Estágios Supervisionados (de um a quatro). Foi naquele momento (2005-2) que a carga da licenciatura adentrou o núcleo profissional do curso, e passamos a ter um núcleo pedagógico como parte da espinha dorsal da formação do geógrafo do departamento. Ser professor de Geografia não ficava mais limitado às disciplinas da área de Pedagogia.





Eu fico muito satisfeito em estar aqui, como eu falei no início, porque fui eu que encaminhei essa mudança no departamento. Fiz a reforma curricular nos anos de 2003 e 2004, e finalmente passou a vigor em 2005-2, com o seguinte discurso na minha cabeça: 'a Geografia que se aprende na universidade serve também para se ensinar na escola básica'.

Mudou-se o contexto da formação anterior, porque o conhecimento necessário nas escolas básicas foi trazido para o ambiente da universidade, ou seja, aquilo que os futuros docentes têm que aprender e estudar para poderem dar boas aulas. E isso me satisfaz bastante, assim como o aumento das cargas para iniciar o seu trajeto como professor (400 horas mínimas de Estágio Supervisionado, 400 horas de Ensino de Geografia), o que ampliou a necessidade de termos profissionais com experiência de sala de aula no ensino básico para ensinarem os futuros professores a darem aulas competentes. Esses profissionais passaram a fazer parte do quadro de docentes do departamento. Isso contextualizou o departamento para novas perspectivas, renovando a Geografia e como tratá-la na relação docência-discência no departamento. Apesar de isso não ter sido uma regra nas universidades, a grande maioria delas resolveu delegar a separação nos departamentos das formações de professores das de bacharel por causa do quantitativo de horas. Não sei se isso é um bom caminho. Para a minha felicidade, a PUC-Rio resiste a esse modelo. A separação da licenciatura e do bacharel na concepção do corpo gestor do departamento naquela época é de que a separação do professor que pesquisa da do pesquisador que leciona empobreceria a formação geral do geógrafo, perspectiva que me ilumina até os dias de hoje.

O que me chama atenção de novo são dois momentos importantes da importância da LDB 9394/1996 nessa reflexão. Os parâmetros curriculares nacionais abriram a perspectiva curricular para a flexibilização dos conteúdos, com a definição de competências e habilidades, mas poucos souberam lidar com essa perspectiva; Quase nenhum gestou soube aplicar isto na realidade formativa dos professores, o que de fato é um grande pena, já que é evidente a riqueza possibilitada por esse processo. Muitos por preconceito ideológico, por ser um projeto do Ministério da Educação de Fernando Henrique Cardoso, perdendo-se boas oportunidades de se avaliar de maneira profissional determinados assuntos e posturas formativas que poderiam mudar a maneira como a formação de professores foi encaminhada a partir da lei assinalada. Um dos ganhos fundamentais trazidos pela lei foi a discussão dos temas transversais.

Sem dúvida nenhuma referendar os temas transversais na escola básica significaria recriar o tema meio ambiente, o tema trabalho, e outros temas absolutamente convergentes com o nosso conteúdo específico, e a Geografia poderia estar à frente neste processo. Isso nos faria referendar uma nova grade curricular cuja escola 'quebrada', partilhada em caixinhas fordistas que todos nós criticamos, desapareceria. Mas evidentemente que essa lei foi bloqueada por problemas estruturais em outros pontos do sistema educacional, como a própria formação dos professores (ainda realizada no modelo 'caixinhas de conhecimentos fragmentados e desconectados'), os monopólios acadêmicos dos mega laboratórios



de pesquisa em universidades públicas e dos sistemas de cursinhos pré-vestibulares bancados por empresas do setor privado que veem a educação como 'negócio'.

Então, fazendo-me de 'advogado do Diabo', um *mea culpa* no sentido da ampla defesa que eu faço da LDB 9394/1996, porque ela também trouxe uma série de efeitos colaterais. Muitos cursos desqualificados de licenciatura passaram a brotar no Brasil de maneira aleatória, cursos de fundo de quintal, onde era cumprido o mínimo necessário para a formação profissional e, como consequência, emergiram professores recém-formados no mercado de trabalho sem a formação para a autonomia anteriormente trabalhada e que dá suporte à minha concepção de saber pesquisar a própria educação.

Com a lei que eu aqui defendo, várias Universidades passaram a separar os seus cursos (licenciados e bacharéis). Geografia, História, Química e muitas outras passaram a ter essa 'dupla capacidade alienante' ao separarem seus corpos docentes, metodologias e pesquisas (nesse auditório, quem estuda em universidades federais ou estaduais sabe que quem dá aula nas licenciaturas é o doutorando, ou o professor contratado, e que poucos docentes ainda pertencem ao quadro efetivo e que faz pesquisa) para formarem dois tipos distintos de profissionais. Evidentemente que isso não é a realidade de todas as universidades, mas na grande parte delas, infelizmente, direciona-se o corpo docente menos qualificado para as licenciaturas, enquanto os *medalhões da pesquisa científica*, os que dão forma ao pensamento da Geografia e aos financiamentos da pesquisa nas fomentadoras estão formando os bacharéis, que continuam sendo o 'pote de ouro das formações', apesar de ainda acessarem menos empregos do que a de professor da educação básica. A Geografia da PUC-Rio resiste a esse modelo, volto a chamar atenção, e assim permaneceremos, creio eu, por bom tempo.

Somado a tudo isso, o baixo reconhecimento social da educação no Brasil ainda continua. No período de transição dos anos de 1990 para os de 2000, a manutenção da desvalorização dos docentes (social, financeiro...) fez com que se formassem vários professores 'meramente especialistas e tecnicistas', criando déficits na oferta de profissionais de sala de aula qualificados nas mais variadas disciplinas escolares. O desinteresse nas graduações das universidades passou a se ampliar e se antes bacharéis eram mais valorizados do que licenciados, a partir de então mestres e doutores (e, atualmente, pós-doutores) passaram a ser mais importantes do que os graduados. O abandono das graduações ampliou o desinteresse pelas licenciaturas, e depois de um momento de reflexão que gerou movimentos expressivos para a renovação das licenciaturas, nos anos 2000 retomasse com força o mal estar docente (DINIZ, 1996, 2001), já que o poder dos 'maus' professores ampliou-se com o abandono (institucional, acadêmico, social...) dos professores recém-formados, cheios de gás por mudanças qualitativas, cheios de sonhos por uma educação melhor. Recomenda-se a leitura da tese de Maria do Socorro Diniz, que pode ser encontrada na Biblioteca da Pós-graduação de Geografia no Instituto de Geociências da UFRJ. O tema do mal estar docente é recorrente nas escolas das redes oficiais de ensino, o que mantém elevado o abandono dos professores recém-formados desses ambientes tóxicos para quem não pode perder a esperança.



Frente a esse abandono institucional e social, aumenta-se a radicalização da luta de classes no ambiente profissional. A escola pública passa a ter como inimigo o próprio Estado que deveria valorizar esses ambientes públicos de formação. Novamente, o professorado de Geografia encabeça a luta pelas melhorias do ensino, muitas vezes indo exclusivamente pelo viés do aumento dos salários, quando, na verdade, a questão perpassa também por qualificações e condições ambientais (salas superlotadas com baixa infraestrutura, e com alunos violentos e pouco reflexivos). A formação continuada do professor passa a ser secundarizada, porque os Governos dificultam os afastamentos de regência de turma para que os docentes possam se requalificar. Por isso são importantes aquelas frentes que eu falei anteriormente.

O contra-ataque institucional, frente a essa situação, recomeça no século XXI na transição dos Governos Fernando Henrique Cardoso para os de Lula. Retoma-se a tentativa de (re)angariar a importância das licenciaturas nos ambientes institucionais. O caminho se dá em direção à ampliação das políticas de inclusão dos grupos mais marginalizados no processo educativo formal, como a população negra e indígena, as pessoas portadoras de necessidades especiais, pessoas não heteronormativas, pessoas distantes dos ambientes com concentração de oferta de qualificação e que podem ser acessadas através da educação a distância (EAD), dentre outros grupos. Nesse contexto, a Geografia tem papel fundamental na absorção dessas novas realidades. Outro rol de metodologias passa a ser valorizado, e delas destacam-se as da educação ambiental, de jovens e adultos, informal...cujas técnicas, metodologias e procedimentos são específicas e não podem fugir da discussão espacial.

Portanto, a universidade passa a ter um momento positivo de inclusão e que pode sim reverter num quadro de melhoria da formação dos professores ao lidar com um mundo cada vez mais complexo, e com alunos que estarão aí vivenciando questões que nós não podemos deixar de lado.

Os novos ramos educacionais 'ainda sem identidade' começam a lutar instintivamente pela educação ambiental e pela formação da cidadania. Qual professor vai dar aula desses temas? Qual formação um licenciado precisa ter para dar aula de Educação Ambiental? Ou de Cidadania? Então são questões que vão emergindo no âmbito das Ciências Sociais em que a licenciatura precisa entrar e a Geografia não pode se eximir de participar, até porque, nossa ciência tem a enorme tradição de perder suas partes, porque sua 'intelligentsia' sobrevaloriza alguns pontos na discussão e produção espacial e abandona outros, desfazendo-se de um todo capaz de mostrar que o mundo é de fato um espaço muito complexo.

Outro contra-ataque que eu acho muito importante é o contra-ataque institucional, pois o Estado continua a ter que intervir para a formação continuada de professores, como vemos hoje com o excelente PIBID que é pesquisa na área de licenciatura. O que é o tradicional PIBIC? Um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, mas como nas universidades pouco se pesquisava sobre as licenciaturas, o licenciando tinha pouco acesso a essa importante bolsa. Portanto, o contra-ataque institucional, que vem como uma política pública importantíssima para a nossa área, é a criação de bolsas PIBID no mesmo pé de igualdade das bolsas

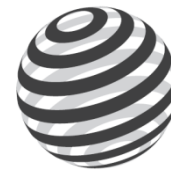


PIBIC. O PIBID surge em 2007 atingindo os núcleos duros, notadamente os de Química, Física, Matemática, disciplinas importantes que estavam desaparecendo por conta da escassez de licenciandos. Essas licenciaturas já não tinham alunos para serem formados em docentes, e assim essa foi a forma inteligente encontrada pelo Estado para resgatar o interesse nesses departamentos das pesquisas em docência básica, ampliando-se o quadro das licenciaturas. Hoje o programa com quase uma década de existência se estendeu das ciências 'duras' dos CTC (Química, Física e Matemática) para as Ciências Sociais, ampliando-se, portanto, o ambiente de pesquisa acadêmica em educação básica.

Outro ponto importante que precisa ser entendido por todos nós das licenciaturas – e que afetará os professores formados ou em formação - é o documento lançado em 2015, pelo Governo federal, cuja segunda fase foi lançada em 2016, a chamada Base Nacional Comum Curricular. O BNCC é uma tentativa, na minha interpretação, de reavivar o controle central sobre o processo de aprendizagem na escola das disciplinas através de um currículo básico (eu tenho que ler o documento melhor, pois ele tem quase 300 páginas. O endereço está lá na internet e vocês precisam acessá-lo e entendê-lo, assim como eu). Na verdade, eu tenho uma interpretação negativa do BNCC (aí novamente é a minha interpretação e chamo atenção que esse documento ainda é muito inicial, sendo que eu já discuti alguma coisa sobre ele com o professor Edgar Lyra, da Filosofia da PUC-Rio, um dos representantes da PUC-Rio na definição dessa base nacional lá em Brasília). Eu ainda continuo a achar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ainda são melhores do que é proposto pelo BNCC, porque os PCNs flexibilizam o o que o BNCC que enrijecer através de um currículo mínimo de construção de uma identidade nacional. Eu não sei se isso dará certo. Pra mim, é o retorno de um MEC de 1970.

Em todo caso, o BNCC possui quatro pontos vitais de discussão para a Geografia, que são, para a base de formação dos conteúdos: 1) *o sujeito e o mundo*; 2) *o lugar e o mundo*; 3) *a linguagem e mundo e*; 4) *a responsabilidade e o mundo*. Esses quatro pontos são chamados de quatro dimensões da formação do saber geográfico. Todos os assuntos de Geografia terão que ser montados, nos cursos de licenciatura de Geografia nas universidades brasileiras, sob esses quatro pontos. Então estudantes da licenciatura, observem isso porque os currículos serão refeitos se os bancos forem adotados e essas dimensões serão as bases para a definição dos saberes da Geografia.

Finalizando, na atual fase algumas de organização da nossa formação como professores de Geografia, algumas recomendações são importantes. Primeiramente, os licenciados não devem parar de se formar (curso de extensão, pós-graduação lato e stricto sensu são fundamentais). Esse é um ponto muito importante para todos nós, porque por mais progressos e estagnações que tenhamos no nosso caminho, existem linhas crescentes de pós-graduação na área de ensino de Geografia e que vocês precisam acessar. Façam uma pós seja aqui conosco na PUC-Rio, na UERJ (na Faculdade de Formação de Professores da UERJ) em São Gonçalo, onde for. Não deixem de fazer mestrado em Licenciatura de Geografia, em ensino de Geografia. Vocês não estarão fazendo uma pós-graduação menor, estarão fazendo

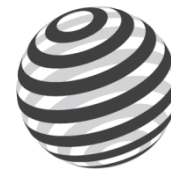


uma pós-graduação extremamente importante, para o professor do futuro, pois vocês serão os futuros formadores dos professores do futuro. Pós-graduados em ensino de geografia, os nossos futuros professores serão muito melhores do que nós somos agora. Portanto, no deixem de lutar pela pós-graduação na área.

Segundo ponto tem a ver com as reformas vivenciadas ultimamente. É fundamental que estudemos a legislação vigente e a que quer substituí-la, porque o tema 'reforma curricular' em curso no momento é o aumento das licenciaturas para 3200 horas. Uma carga horária gigantesca no âmbito para as licenciaturas que as instituições formadoras podem não dar conta. O que vai acontecer com a formação de professores frente a essa quantidade de horas? Outra questão importante é o BNCC. A gente precisa ter um pouco de cuidado, pois vivemos um momento político extremamente complicado em que há a radicalização do discurso ideológico. A gente precisa ter consciência de que a sala de aula não é o nosso palco ideológico. Nossa sala de aula é o ambiente onde (observem que eu não estou defendendo um 'ensino neutro'), eu tenho que caracterizar as várias formas de apresentação da realidade, e os caminhos através dos quais os alunos poderão decidir, por si só, qual deles eles desejam trilhar, sem se eximir-se da responsabilidade de mostrar o seu caminho para eles. Então ficamos muitas vezes, e eu fico muito preocupado com uns discursos panfletários em sala de aula, discursos altamente contraproducentes de professores que não cumprem com o seu papel de professor. Debates no mundo da educação sobre partidarismos na educação são fundamentais para a gente quebrar esses caminhos de crescimento da polaridade entre os desejos libertários e os desejos dos ultraconservadores. Essa tensão no mundo acadêmico e, também escolar viraliza a capacidade de reflexão do aluno e inviabiliza, muitas vezes, a sua capacidade de pensar e autonomizar-se, como eu havia dito anteriormente.

A perda da pluralidade temática da Geografia pelo preconceito com as tradições é um importante terceiro ponto. Sobre isso eu chamo atenção constantemente. Nós abandonamos a leitura dos mapas, as análises regionais, o discurso sobre a gestão pública, a análise dos planejamentos territoriais, porque os docentes universitários não sabem e não querem mais saber, por 'não ser importante'. O discurso geográfico, não se sabe bem o porquê, desqualificou tais abordagens, fazendo com que a Geografia perdesse essas temáticas para outras ciências, que se apropriam, constantemente, dos vários objetos da Geografia. Nós estamos perdendo os nossos vagões temáticos para variadas ciências. Isso me chama atenção e por isso quero reforçar a ideia de que a Geografia não se restringe aos estudos urbanos. Então interpretem isso da melhor forma possível, porque hoje em dia só se faz geografia urbana, mais nada.

Finalmente, nunca foi tão difícil ser plural em sala de aula. Entendam que os alunos de escola não são pequenos geógrafos, e que precisam do instrumental geográfico para entender competentemente o mundo em que vivem. Deem aulas amorosas e competentes, seja no ensino público ou no privado, e isso, na Roda do Mundo só reverterá em positividade para vocês, os seus alunos e a sociedade como um todo. Deem aulas com a mesma amorosidade e competência para qualquer público, porque as nossas crianças necessitam e agradecem. Muito obrigado pela atenção e bom dia a todos.



### **Referências Bibliográficas**

PILETTI, Nelson. Educação: o que é isso? IN História da Educação no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1991.

DINIZ, Maria do Socorro. Professor de Geografia Pede Passagem: alguns desafios no início da carreira. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo / FFCHL, 1999. 276p.